01.08.2025

Diretor
André Macedo
Subdiretores
Lígia Simões
e Ricardo
Santos Ferreira

Advisory

Caderno publicado como suplemento do Jornal Económico nº 2313. Não pode ser vendido separadamente.

Setor pede estabilidade regulatória na energia

Investimento ■ Criação de um quadro regulatório específico, com regras claras, partilha de infraestruturas e processos simplificados de licenciamento são defendidos para reduzir a incerteza e o risco para investidores e promotores de projetos.

"Sustentabilidade é uma condição de competitividade para as empresas"

Entrevista ■ A secretária-geral do BCSD, Filipa Pantaleão, defende que a regulação é essencial para se concretizarem objetivos de sustentabilidade e aponta méritos ao trabalho que a Comissão Europeia está a fazer de reformulação do enquadramento e das prioridades. E lembra que, no final, será sempre uma questão de competitividade das empresas. ■ P.8-9

José Luís Moreira da Silva

Pensar as sociedades de advogados num mundo em mudança

Ensaio ■ P.2

PRIME Advogados quer disputar liderança do mercado em Angola

Mercado ■ P.10

As sociedades que participaram no arranque da alta velocidade

Negócios ■ P.10

Uría Menéndez com mudanças na codireção

Sociedades ■ A Uría Menéndez reconduziu no cargo de sócio diretor Antonio Villacampa, que acolhe na equipa da direção em Portugal Marta Pontes, em substituição de Bernardo Diniz de Ayala. O Conselho de Administração mantém, assim, a aposta num modelo de codireção. Os sócios assumem funções no dia 1 de janeiro.

Pérez-Llorca já está no mercado colombiano

Integração ■ A Pérez-Llorca e a congénere colombiana Gómez-Pinzón concluíram a sua integração, após a aprovação pelas respetivas assembleias de sócios e órgãos sociais. Anunciada em maio, em causa está uma integração plena, jurídica e económica. A integração marca a entrada da Pérez-Llorca na Colômbia, que se estreia naquele mercado com uma equipa de mais de 120 advogados.

Antas da Cunha Ecija é signatária do EU AI Pact

Inteligência Artificial ■ A Antas da Cunha Ecija & Associados anunciou que se tornou signatária do EU AI Pact, uma iniciativa da Comissão Europeia que junta entidades a nível europeu e global, comprometidas com a implementação ética, responsável e segura da IA no quadro regulatório do AI Act. A sociedade assume, assim, um "papel ativo na construção de uma cultura de conformidade e confiança no uso da IA, contribuindo para uma implementação efetiva do novo regulamento europeu e para a adoção de práticas robustas de governação, gestão de risco e transparência", lê-se numa nota do escritório.

José Luís Moreira da Silva
Presidente do Conselho Diretivo da ASAP

Pensar as sociedades de advogados num mundo em mudança

Um dos principais objetivos da ASAP – Associação das Sociedades de Advogados de Portugal sempre foi, desde a sua fundação, em 2002, pensar estrategicamente as sociedades de advogados, o seu papel na evolução da advocacia, debater os novos desafios e refletir sobre o futuro da profissão.

Temas tão candentes, como a introdução cada vez mais acelerada da inteligência artificial no mundo da advocacia, da procura e retenção de talento, criando os advogados do futuro, propiciar uma renovação de género e de competências nas sociedades de advogados, modernizar a gestão das sociedades e a advocacia, compreender os novos desafios que enfrentam as nossas congéneres estrangeiras, cada vez mais presentes também em Portugal, igualmente como um desafio às sociedades portuguesas de permanente acompanhamento das novas tendências.

Estes grandes temas, mas também os que continuam a ser prementes resolver, como o regime fiscal das sociedades de advogados, que impele as sociedades para um modelo, desvirtuando o princípio da neutralidade fiscal, ou o regime de previdência dos advogados, em discussão permanente, mas que urge ajudar a chegar ao século XXI.

A ASAP tem vindo a debater estes temas entre as Associadas, em Encontros Nacionais e Regionais, juntando Colegas e profissionais de outras áreas, falando com outras associações de advogados e com as entidades públicas relevantes, com os Tribunais e com a Assembleia da República e o Governo.

ISTOCK

Mas sempre tivemos a ambição de conseguir chamar para junto de nós, para engrandecer o debate, Colegas que fizeram as sociedades de advogados que hoje conhecemos, desde os anos 60 do século passado, liderando um crescimento da advocacia societária, também em mercados estrangeiros, que deu origem à realidade de hoje, com dezenas de sociedades de advogados em Portugal, com enormes capacidades e valias, que em tudo ombreiam com as melhores de Espanha, Reino Unido ou Estados Unidos.

Conseguimos agora, finalmente, criar o Conselho Estratégico da ASAP, com cerca de 20 Colegas, Senadores da nossa profissão, por todos reconhecidos, pela sua competência e enorme experiência.

Começamos por convidar os nossos Colegas, Agostinho Pereira de Miranda, António Pinto Leite, Augusto Aguiar Branco, Benjamim Mendes, Carlos Aguiar, Carlos Cruz, Carlos Lucena, Daniel Proença de Carvalho, Fernando Campos Ferreira, Jorge de Abreu, João Nuno Azevedo Neves, José Miguel Júdice, Luís Sáragga Leal, Manuel Magalhães e Silva, Miguel Teixeira de Abreu, Pedro Rebelo de Sousa e Sérvulo Correia, que prontamente aceitaram a incumbência de nos ajudar a pensar melhor a advocacia.

A estes primeiros Colegas outros se juntarão a breve trecho, realizando-se um alargamento de género e de idade, que só irá, ainda mais, permitir um debate mais profícuo e diversificado.

O compromisso da ASAP é de manter permanentemente os grandes temas em debate, juntando todos nessa reflexão.

A partir de setembro próximo, iniciaremos debates com todas as Associadas, ouvindo as suas preocupações. Ainda, iremos realizar um debate com Jovens Advogados, para também perceber o que aflige as mais novas gerações e perceber como percecionam a advocacia em prática societária. Em outubro, dia 24, teremos o nosso Encontro Nacional, onde poderemos mostrar os resultados deste debate e da audição de todos.

Os atuais tempos e os futuros, os novos métodos de trabalho e as novas exigências e formas dos Clientes, põem diversas pressões sobre as sociedades de advogados, exigem novas formas de prestar os serviços de advocacia, pois tem de se estar permanentemente a evoluir e a acompanhar as necessidades dos clientes, que também evoluem e sempre mais rapidamente. Assim, as atuais sociedades de advogados têm de se saber adaptar aos novos tempos e às novas mentalidades, sabendo sempre atrair e reter os melhores talentos e saber propiciar uma relação adequada entre a profissão e a vida familiar.

Também, se tem de estar atento aos desafios da internacionalização. As sociedades de advogados portuguesas têm de saber aproveitar o enorme potencial lusófono para crescer, sabendo que para isso é urgente contratar em português e sob um modelo lusófono, criando tribunais arbitrais em língua portuguesa.

Os desafios tecnológicos são talvez os que mais pesam nos orçamentos das sociedades. O futuro vai exigir cada vez maior investimento em informatização e em novas ferramentas tecnológicas que facilitem o trabalho mais rotineiro e nos coloquem ao nível das congéneres internacionais e das exigências dos clientes.

Finalmente, temos vários desafios importados de regulamentação europeia. Falamos da multidisciplinariedade. Falamos especialmente das medidas que têm vindo a ser impostas para combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo, impondo ao advogado que denuncie o seu cliente, sob pena de sanções aplicadas também ao advogado, pondo em causa a confidencialidade essencial da relação de confiança que deve existir entre o advogado e o seu cliente. Pior, pondo em causa o próprio Estado de Direito e a Justiça!

O setor da advocacia encontra-se num período de profunda transmutação, com desafios acrescidos para os modelos de negócios das sociedades presentes no mercado face ao crescente desenvolvimento das sociedades multidisciplinares, a necessidade de fortes investimentos em tecnologia e a necessidade de estabelecer redes globais para acesso às maiores transações.

Entre mudanças endógenas, com a transformação regulatória da organização do próprio setor, e mudanças exógenas, como o avanço tecnológico, as modificações na exigência dos clientes e a própria reconfiguração global dos serviços jurídicos, há muito para refletir e pensar estrategicamente. O Conselho Estratégico da ASAP foi criado para ajudar a fazê-lo.

JE LAB X Claranet Portugal

“Para desbloquear o verdadeiro potencial da Indústria 4.0, é preciso coragem para investir”

A transformação digital e energética está a redesenhar o setor industrial em Portugal, com impacto direto na competitividade, sustentabilidade e gestão de recursos. A chave está em agir com visão estratégica, coragem para investir e foco no crescimento sustentável.

Como é que a transição energética está a transformar o setor industrial em Portugal? Quais os riscos, oportunidades e necessidades de adaptação?

A transição energética está a acelerar, consolidando Portugal como um exemplo europeu na adoção de energias limpas. Em 2024, 71% do consumo de eletricidade do país foi garantido por fontes renováveis, e em 2025 esse valor aumentou para 79,3%, refletindo um modelo energético mais sustentável, apoiado por condições naturais favoráveis e uma crescente consciência ambiental empresarial.

Essa transformação promove maior estabilidade energética, menor dependência de importações e uma indústria mais eficiente, circular e resistente, que investe em tecnologias digitais, automatização e diversificação das fontes renováveis, alinhando-se também com metas do Pacto Ecológico Europeu.

Mas o elevado custo da energia continua a ser um desafio que impacta a competitividade da indústria portuguesa num contexto de elevada competitividade global.

Tiago Barreto, Industry & Utilities Director da Claranet Portugal

Como é que tecnologias como Cloud, Analytics e Automação podem tornar a cadeia de valor mais sustentável?

A transformação digital na indústria, impulsionada pelas tecnologias da Indústria 4.0, representa uma mudança estratégica fundamental rumo à sustentabilidade. Soluções como IoT, Data Analytics, Inteligência Artificial, Robótica Avançada, Cloud e Edge Computing aumentam a eficiência, reduzem custos e minimizam o uso de recursos naturais e emissões de gases de efeito estufa ao aprimorar a monitorização, a automação e a tomada de decisões em tempo real. De facto, possibilitam a gestão inteligente das cadeias de valor, promovendo menos desperdício, maior rastreabilidade e conformidade regulatória, consolidando uma produção mais limpa e responsável. Ou seja, a transformação não se limita a avanços tecnológicos, mas representa uma oportunidade concreta para que as organizações liderem a transição rumo a um modelo económico mais resiliente, sustentável e competitivo, onde o futuro é inevitavelmente “verde”.

O que ainda dificulta a digitalização sustentável nas empresas industriais?

A Indústria 4.0 oferece um enorme potencial para a produção, consumo e gestão de recursos, promovendo redução de desperdício, eficiência energética e rastreabilidade ambiental. No entanto, a digitalização sustentável ainda é uma realidade distante para muitas empresas devido a uma combinação de fatores culturais, financeiros, técnicos e estratégicos, como a falta de competências híbridas, infraestruturas obsoletas, altos custos e dificuldades na integração de objetivos ambientais às iniciativas digitais. Além disso, barreiras como a gestão desalinhada entre áreas de tecnologia e operação, preocupações com cibersegurança e a ausência de metas ESG integradas comprometem a eficácia da transformação. Para desbloquear o verdadeiro potencial da Indústria 4.0, é preciso coragem para investir, inovação na gestão e um compromisso firme com a responsabilidade ambiental, fazendo da transformação digital uma alavanca para crescimento sustentável e competitivo.

Que tecnologias emergentes vão ter mais impacto na eficiência energética e gestão de recursos?

A transição energética é uma prioridade estratégica para a indústria, impulsionada por uma vasta gama de tecnologias emergentes que prometem aumentar a eficiência, reduzir o consumo energético e promover a descarbonização. Inteligência Artificial e Machine Learning otimizam o uso de recursos em tempo real, enquanto o IoT combinado com Edge Computing possibilita decisões instantâneas ao monitorizar ativos industriais. Plataformas de gestão de energia (EMS) oferecem visibilidade total e controlo automatizado do consumo, e tecnologias de armazenamento de energia garantem maior flexibilidade e independência energética ao equilibrar produção renovável e procura, estabilizando a rede industrial.

Estas tecnologias aumentam a produtividade, diminuem perdas e fortalecem a competitividade global, demonstrando que a eficiência energética do futuro estará diretamente relacionada com a maturidade digital e o compromisso climático das organizações. A verdadeira transformação reside na sinergia entre inovação tecnológica, cultura de mudança e objetivos sustentáveis.

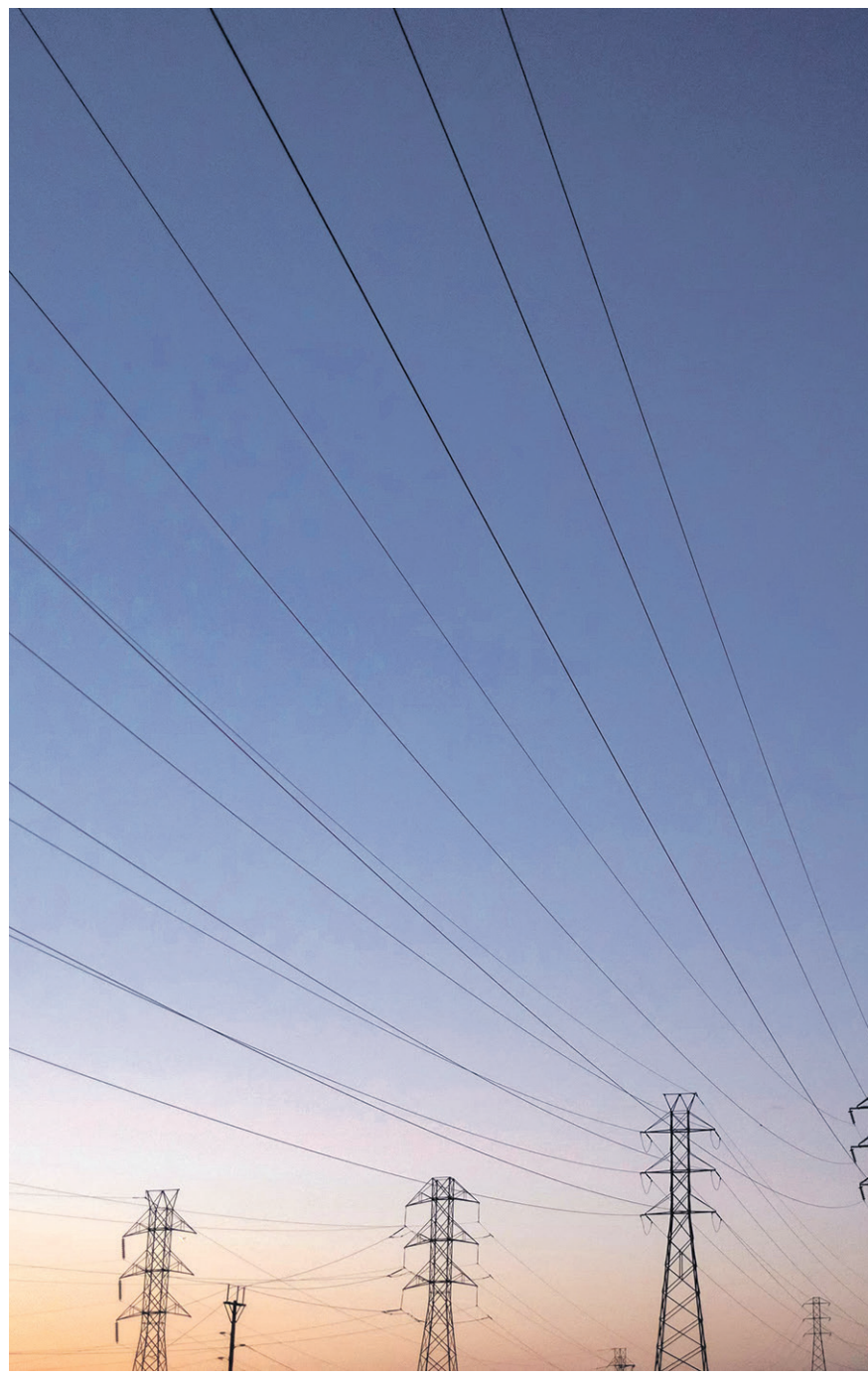
Eficiência energética, digitalização e sustentabilidade deixaram de ser tendências: são hoje imperativos estratégicos para a indústria.

Conciliar competitividade, crescimento e compromisso com as metas climáticas é um desafio para a indústria. Que visão estratégica defende para que se possa avançar de forma sustentável?

Conciliar a competitividade económica, o crescimento sustentável e o compromisso com as metas climáticas é um dos principais desafios estratégicos para a indústria. Para isso, é necessário adotar uma visão integrada baseada em cinco pilares essenciais: promover energia limpa acessível, impulsionar a digitalização sustentável, desenvolver uma indústria verde competitiva, aproveitar eficazmente os fundos europeus para modernização e reconversão, e criar um ambiente regulatório favorável às empresas, especialmente às PMEs.

Portugal já se destaca internacionalmente em índices de sustentabilidade, o que reforça o potencial de liderar a reindustrialização verde na Europa. Com recursos naturais abundantes, localização estratégica, segurança, mão de obra qualificada e estabilidade institucional, o país tem uma oportunidade única de transformar a transição climática em vantagem competitiva, estabelecendo um ambiente que favoreça investimento sustentável e inovação verde. Para isso, é urgente alinhar políticas públicas, investimento privado e inovação industrial num objetivo comum: construir uma indústria mais sustentável, resiliente e competitiva para o século XXI.

Especialistas pedem estabilidade regulatória no setor energético



Energia ■ A criação de um quadro regulatório específico, com regras claras, partilha de infraestruturas e processos simplificados de licenciamento reduz a incerteza e o risco para investidores e promotores de projetos.

António Sarmento
asarmento@medianove.com

O impasse no processo para o leilão de eólicas offshore tem gerado preocupações por parte dos investidores. "O sucessivo adiamento do concurso eólico offshore e a incerteza quanto às regras, prazos e condições do mesmo tem levado a um esmorecimento do interesse dos investidores nacionais e estrangeiros e a perdas de oportunidade para o país. A falta de clareza e previsibilidade regulatória aumenta o risco percebido, levando investidores a adiar ou cancelar decisões de investimento, ou mesmo a redirecionar o seu investimento para outros projetos ou mercados com regras estáveis", diz Ana Luís de Sousa, sócia responsável da área de Energia & Recursos Naturais, da VdA.

Segundo a especialista, para garantir uma forte participação dos promotores e o sucesso do leilão, "é essencial que se conheçam as regras o quanto antes, e que as mesmas reflitam não só critérios adequados e transparentes, como estabeleçam compromissos claros e exequíveis (quer na perspetiva do promotor, quer nos compromissos relativos à disponibilização das infraestruturas de rede). Só assim se poderá gerar confiança no investidor que poderá fazer uma gestão adequada do risco do projeto e assegurar a previsibilidade de retorno do seu investimento".

Sobre as garantias ou mecanismos que podem ser implementados para recuperar a confiança dos investidores, Ana Luís de Sousa, sócia responsável da área de Energia & Recursos Naturais, da VdA, afirma importante que o lançamento do leilão seja "acompanhado da criação de um quadro regulatório específico para a eólica offshore em Portugal, adaptado às particularidades da eólica offshore, com regras claras sobre o acesso à rede elétrica, a partilha de infraestruturas e os mecanismos de remuneração, com processos simplificados de licenciamento e coordenação das diferentes entidades envolvidas, reduzindo a incerteza e o risco para investidores e promotores de projetos".

"Portugal tem tido uma trajetória muito positiva com uma forte integração das energias renováveis e metas racionais bastante ambiciosas", diz Ana Luís de Sousa, sócia responsável da área de Energia & Recursos Naturais da Vda

Para esta especialista, é fundamental ainda encarar o offshore como uma "oportunidade de desenvolvimento de uma cadeia de valor importante para a dinamização da economia portuguesa, passando pelo reforço das infraestruturas portuárias, dinamização da indústria de equipamentos e componentes, o apoio à investigação e desenvolvimento de soluções inovadoras, o desenvolvimento de competências técnicas e formação especializada incentivando a formação e a qualificação de profissionais em áreas como engenharia, construção naval, logística e gestão ambiental".

Em relação às expectativas para o futuro do setor energético em Portugal, Ana Luís de Sousa não tem dúvidas: "Portugal tem tido uma trajetória muito positiva com uma forte integração das energias renováveis e metas nacionais bastante ambiciosas. O país tem vindo a consolidar a sua posição como referência europeia na transição energética, com resultados expressivos: em 2024, mais de 83% da eletricidade produzida já provinha de fontes renováveis. Este avanço é fruto de uma estratégia clara, assente no Plano Nacional Energia e Clima 2030 e no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, que estabelecem objetivos concretos, como atingir 85% de eletricidade renovável até 2030 e a neutralidade carbónica até 2045".

Nos últimos anos, contudo, temos assistido a sucessivos adiamentos na concretização de novas iniciativas a uma ligeira desaceleração no ritmo de implementação de projetos. "Os preços de energia no mercado grossista poderá justificar algum abrandamento no investimento, mas os verdadeiros fatores críticos são sem dúvida os sucessivos adiamentos na abertura de novas capacidades de ligação à rede, a morosidade nos processos de licenciamento e os constrangimentos e conflitos de natureza ambiental. Para inverter esta tendência é fundamental remover entraves burocráticos, simplificar procedimentos, e assegurar prioridade estratégica a estes projetos, apostar no reforço das infraestruturas de rede e promover a modernização da rede elétrica com redes inteligentes para garantir maior eficiência e integração das energias renováveis", afirma Ana Luís de Sousa.

Instabilidade regulatória

A instabilidade regulatória no setor energético tem impacto e reflexo a vários níveis. "Desde logo, afeta negativamente a confiança dos investidores. Isto é óbvio se pensarmos que estamos perante um setor que é estruturalmente de capital intensivo, com ciclos de retorno longos e dependente de decisões públicas em matérias como licenciamento, planeamento energético e incentivos. A incerteza em torno das regras do jogo – nomeadamente com alterações frequentes à legislação ou dificuldades na sua aplicação prática –, compromete a previsibilidade necessária para a realização de inves-

timentos em larga escala ou em novas tecnologias, como os associados ao hidrogénio verde, ao armazenamento autónomo ou ao eólico offshore", diz Carlos Vaz de Almeida, sócio da Pérez-Llorca.

Portugal, apesar de avanços legislativos relevantes e de boa vontade política, continua a enfrentar dificuldades crónicas de execução, sobretudo devido à limitada capacidade institucional e à falta de coordenação entre entidades. Para o especialista, "a morosidade no licenciamento, os riscos de contencioso administrativo, a complexidade procedimental e a escassez de meios técnicos nos serviços da Administração são fatores que penalizam diretamente o desenvolvimento de projetos". "Importa ainda referir que o contexto geopolítico atual, com crescente preocupação europeia com a segurança energética e a autonomia estratégica, exige dos Estados-membros estabilidade e coerência regulatória. A Comissão Europeia tem sido clara: sem previsibilidade, não há transição energética eficaz. A confiança dos agentes económicos é, pois, um ativo estratégico, e Portugal não se pode dar ao luxo de o perder", acrescenta Carlos Vaz de Almeida, sócio da Pérez-Llorca.

"A Comissão Europeia tem sido clara: sem previsibilidade não há transição energética eficaz", diz Carlos Vaz de Almeida, sócio da Pérez-Llorca

Recuperar a confiança exige um compromisso político transversal e duradouro com a estabilidade, previsibilidade e reforço de meios a nível institucional. "Mais do que criar novas regras ou regimes de exceção, é essencial assegurar clareza na aplicação das normas existentes. Isto passa, desde logo, por reforçar a capacidade das entidades públicas envolvidas no licenciamento e regulação – como a DGEG, a APA ou os municípios –, dotando-as de recursos humanos, tecnológicos e orçamentais adequados", afirma.

Para o sócio da Pérez-Llorca, outra medida essencial seria a criação de prazos vinculativos e mecanismos de responsabilização no licenciamento ambiental e urbanístico, garantindo que os processos não fiquem indefinidamente pendentes. "Paralelamente, a redução dos prazos de prescrição no contencioso administrativo contribuiria para que o risco de contencioso urbanístico e ambiental não perdurasse no tempo, com a consequente incerteza associada para investidores e financiadores. Adicionalmente, a adoção de instrumentos de coordenação interinstitucional, como "balcões únicos" ou secretarias técnicas permanentes, poderia mitigar a fragmentação procedimental e reduzir drasticamente os tempos médios de resposta".

Por fim, do ponto de vista institucional, "a criação de um observatório independente para a regulação energética, com participação pública e privada – por oposição ao sistema de consulta ad hoc –, poderia ser um instrumento útil para avaliar o impacto das medidas, promover boas práticas e emitir recomendações".

Em relação às expectativas para o futuro do setor energético em Portugal, Carlos Vaz de Almeida está convicto de que o setor energético português continuará a desempenhar um papel central na economia portuguesa, nomeadamente no processo de eletrificação. "Portugal tem recursos naturais abundantes, experiência acumulada, talento técnico e uma localização estratégica que o posicionam como um hub relevante na nova geopolítica energética – em especial nas renováveis, no hidrogénio verde e na produção de gases renováveis. O futuro, no entanto, dependerá da nossa capacidade de superar os bloqueios estruturais internos. A próxima década será decisiva. A urgência de resposta europeia a ameaças externas – como a crescente fragmentação geopolítica e os sinais de retração dos EUA – obrigará a União Europeia a reforçar a sua autonomia energética, como foi recentemente sublinhado por Ursula von der Leyen no Parlamento Europeu. Nesse contexto, Portugal pode ser parte da solução – mas só o será se demonstrar que é um país fiável para investir, construir e operar ativos energéticos a longo prazo. A mensagem é clara: sem estabilidade, não há investimento; sem investimento, não há transição, independência e segurança energética".

Ana Luís de Sousa
Sócia responsável da área de Energia & Recursos Naturais, da VdA

Carlos Vaz de Almeida
Sócio da Pérez-Llorca

João Quintela Cavaleiro
Sócio fundador da Cavaleiro & Associados

Para João Quintela Cavaleiro, sócio fundador da Cavaleiro & Associados, a previsibilidade e tempo de execução são os fatores críticos para o investimento. "As soluções energéticas renováveis endógenas assumiram redobrada emergência, sobretudo depois dos episódios conhecidos a propósito do corte de energia elétrica, que evidenciou a necessidade de diferentes fontes de energia de forma emergente, em que o País possa desenvolver de forma independente e sem interdependências de Países terceiros", explica o advogado.

Para este especialista, Portugal e as suas empresas têm mostrado que merecem toda a confiança e os sinais de investimento nacional e internacional nas empresas e projetos portugueses tem sido prova. "A nossa experiência como participantes em processos de assessoria de operações *in-bound*, evidencia que os principais mecanismos/vetores que tornariam Portugal ainda mais atrativo para os investidores seriam de forma sumária os seguintes: previsibilidade legislativa e regulatória, com definições estratégicas de longo prazo que sejam imunes a transições de legislaturas- sobretudo em áreas críticas e estratégicas como a energia; Estabilidade fiscal, de forma a que os investidores não se sintam defraudados nas projeções assentes em pressupostos que se alteram de forma recorrente; Resposta dentro dos prazos dos organismos públicos, na senda das exigências peremptórias colocadas aos promotores; Menos burocratização Administrativa, com redução de interações com múltiplos organismos, e em contrapartida mais pendor Regulatório e Fiscalizador. Naturalmente que a existência de decisões judiciais e arbitrais em tempo útil é o epílogo deste vetor regulatório", acrescenta.

Sobre as expectativas para o futuro do setor energético em Portugal, João Quintela Cavaleiro, sócio fundador da Cavaleiro & Associados, tende a perspetivar o futuro do setor energético em Portugal como "desafiante". "Portugal pode continuar a reafirmar-se, quer com investimento nacional, quer transnacional como um local prioritário. Todo o investidor procura segurança, prazos cumpridos e regras válidas e em funcionamento num pleno Estado de Direito", conclui.

Portugal acelera transição energética, mas enfrenta desafios em setores-chave

Portugal está a dar passos firmes rumo à neutralidade carbónica, com avanços significativos na produção de energia renovável e metas ambiciosas definidas no Plano Nacional de Energia e Clima 2030. No entanto, setores como os transportes e a eficiência energética nos edifícios continuam a travar o ritmo da descarbonização. Empresas como a Helexia têm desempenhado um papel crucial neste caminho, promovendo soluções holísticas e integradas, que combinam produção de energia renovável, eficiência energética, mobilidade elétrica e armazenamento.
Falámos com Luís Pinho, Country Manager da Helexia, em Portugal.

Luís Pinho, Country Manager da Helexia Portugal

A descarbonização está a acontecer ao ritmo certo? Como avalia o estado atual da transição energética em Portugal?
A descarbonização é um dos pilares da transformação do modelo económico, e o grande desafio está em conciliar o crescimento económico com a redução das emissões de gases com efeito de estufa responsáveis pelo aquecimento global. A União Europeia tem liderado este processo através do Pacto Ecológico Europeu, que estabelece a neutralidade climática até 2050 e uma meta intermédia de redução de 55% das emissões até 2030, face a 1990.
No contexto europeu, os resultados são heterogéneos: enquanto setores como a produção de energia elétrica registam progressos expressivos - com as emissões cobertas pelo Sistema Europeu de Comércio de Emissões (EU ETS) a descerem 5% em 2024, cerca de 50% abaixo dos níveis de 2005 -, outros setores revelam fragilidades, como o dos transportes - que continua a aumentar as suas emissões -, o da indústria leve, e o setor dos edifícios.
Em Portugal, a trajetória segue a mesma lógica de avanços e desafios. O país reforçou significativamente a ambição no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) 2030, alinhando-se com os objetivos da UE. O PNEC estabelece metas mais exigentes em três eixos estratégicos: energias renováveis, eficiência energética e descarbonização setorial. Destaca-se o setor elétrico, com o objetivo de alcançar 93% de eletricidade de origem renovável até 2030, suportado pela expansão da capacidade solar (20,8 GW previstos) e eólica (12,4 GW, incluindo 2 GW offshore).

Fapricela, a maior central solar em cobertura licenciad

Este reforço é um passo crucial para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e aumentar a resiliência do sistema elétrico. No entanto, setores como os transportes e a eficiência energética nos edifícios exigem uma aceleração substancial para garantir que Portugal cumpre as metas climáticas no prazo estabelecido.

Nos últimos anos, que mudanças mais relevantes destacaria no setor energético nacional?
A forma como Portugal produz e consome energia sofreu uma transformação estrutural nas últimas décadas, refletindo a evolução tecnológica e o compromisso com a transição energética. Durante grande parte do século XX, o sistema energético era centralizado e fortemente dependente de combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo. As grandes unidades de produção estavam localizadas longe dos centros de consumo, exigindo o transporte de eletricidade por longas distâncias através da rede nacional. Nos anos 80 e 90, Portugal iniciou a diversificação da sua matriz energética com a aposta nas energias renováveis, destacando-se a construção de barragens hidroelétricas. Este foi um marco inicial na redução da dependência de combustíveis fósseis e na valorização do potencial endógeno.
A partir dos anos 2000, o país acelerou a transição energética com um investi-

JE LAB X Helexia

da numa única fase com 13.968 painéis solares e uma potência instalada de 6,3 MWp

mento significativo na energia eólica, que hoje representa mais de 5,4 GW de potência instalada. Na década seguinte, a energia solar começou a ganhar escala, tanto em grandes projetos industriais como no autoconsumo distribuído.

Na década de 2020, a tendência evoluiu para a descentralização da produção e o desenvolvimento de comunidades de energia e projetos de autoconsumo coletivo.

Este percurso tem dado resultados expressivos. Em maio de 2025, Portugal atingiu 6,17 GW de potência fotovoltaica instalada, refletindo o rápido crescimento da energia solar. Em 2024, a produção renovável abasteceu 82,1% do consumo elétrico nacional, e no ano atual a taxa situa-se em 77,3%, consolidando o país como um dos líderes europeus na integração de fontes de energia limpa e no caminho para a neutralidade carbónica.

Já com 140 GWh produzidos e 60 mil toneladas de CO_2 evitadas, a Helexia acelera a transição energética. A empresa combina energia limpa, eficiência e mobilidade elétrica para apoiar o setor empresarial.

Qual tem sido o papel da Helexia, ao longo destes quase 10 anos em Portugal, na promoção da transição e gestão energética?

A Helexia acredita profundamente num modelo de desenvolvimento de baixo carbono e, ao longo destes quase 10 anos em Portugal, tem trabalhado para acelerar a transição energética das empresas. Adotamos uma visão holística da descarbonização, apoiando os nossos clientes em todas as fases da jornada: desde a produção de energia limpa para autoconsumo, à eficiência energética, à gestão inteligente de energia e à mobilidade elétrica.

O nosso modelo de negócio vai além do desenho, construção e operação dos projetos - oferecemos também soluções de financiamento, permitindo que as empresas se concentrem no seu core business enquanto a Helexia investe para tornar os seus ativos mais eficientes e sustentáveis.

Acreditamos que a transição energética só é bem-sucedida quando existe um equilíbrio entre economia e ecologia. Num país como Portugal, com uma crescente vocação exportadora, ajudar as empresas a reduzir os custos energéticos e a aumentar a competitividade é essencial para sustentar o crescimento e alinhar a atividade económica com os objetivos climáticos.

Fazendo um balanço destes quase 10 anos, é motivo de orgulho ver que já temos 62,4 MWp em operação e uma carteira de contratos que nos permitirá ultrapassar os 103 MWp a curto prazo. Os projetos em funcionamento já produziram mais de 140 GWh de energia limpa, contribuindo para que os nossos clientes poupassem mais de 4 milhões de euros em custos energéticos e evitando a emissão de cerca de 60 mil toneladas de CO_2.

De que forma ajudam os consumidores portugueses - particulares ou empresas -, a produzirem e gerirem a sua própria energia?

A Helexia atua como parceira estratégica para ajudar as empresas portuguesas a produzirem e gerirem a sua própria energia de forma eficiente e sustentável. Fazemo-lo através de soluções integradas que combinam a produção de energia limpa para autoconsumo, com sistemas fotovoltaicos dimensionados às necessidades de cada cliente, com a implementação de medidas de eficiência energética e de sistemas avançados de gestão de energia.

A gestão de energia é um instrumento fundamental desta abordagem, a monitorização e análise dos consumos energéticos, permite identificar padrões de consumo, detetar ineficiências e definir estratégias para reduzir custos e otimizar recursos.

Além disso, oferecemos modelos de financiamento inovadores que permitem às empresas avançar para a transição energética sem necessidade de investimento inicial. Assim, podem dedicar os seus recursos ao core business, enquanto a Helexia investe e gere os ativos energéticos, garantindo redução de custos, maior autonomia energética e menor pegada carbónica. Ao integrar também soluções de mobilidade elétrica, como a instalação e operação de pontos de carregamento, promovemos uma visão 360º da transição energética.

Helexia ajuda empresas a reduzir custos e emissões com soluções integradas e financiamento próprio. O modelo permite avançar na descarbonização sem comprometer o core business das organizações.

O armazenamento de energia está a ganhar importância. Quais são os principais desafios técnicos e económicos da sua integração em projetos de autoconsumo?

Segundo dados do Battery Storage Europe, em 2024 foram instalados na Europa 21,9 GWh de nova capacidade de armazenamento em baterias, assinalando o 11.º ano consecutivo de crescimento. Este ritmo elevou a capacidade total instalada para cerca de 61 GWh. As projeções são ambiciosas: até 2029, a capacidade acumulada poderá atingir 400 GWh, uma expansão de seis vezes face ao nível atual.

No entanto, estima-se que o verdadeiro potencial do mercado europeu se aproxime dos 600 GWh, evidenciando a necessidade crescente de soluções de armazenamento para integrar eficazmente energias renováveis e reforçar a estabilidade e flexibilidade do sistema elétrico. Um fator crítico para acelerar esta tendência é a evolução do custo das baterias. Em 2023, o preço médio global por kWh de capacidade de armazenamento caiu 14%, retomando a tendência de descida de longo prazo.

Em Portugal, o desenvolvimento de um novo enquadramento legal e regulatório para o licenciamento de projetos de armazenamento energético - incluindo baterias -, está a criar condições mais favoráveis para a rápida implementação desta tecnologia. A Helexia, enquanto player ativo no setor, acompanha este tema com grande interesse.

Estamos a trabalhar para, muito em breve, apresentar novas soluções que integrem baterias nos nossos projetos de autoconsumo.

Filipa Pantaleão ■ A secretária-geral do BCSD defende que a regulação é essencial para se concretizarem objetivos de sustentabilidade e aponta méritos ao trabalho que a Comissão Europeia está a fazer de reformulação do enquadramento e das prioridades. E lembra que, no final, será sempre uma questão de competitividade das empresas.

"Sustentabilidade não é uma moda, é condição de competitividade para as empresas"

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

O Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal é um conselho empresarial, uma associação que agrega e representa mais de 200 empresas e grupos empresariais de referência, como a Delta, a EDP, a Brisa, a CGD, a Navigator ou a Sonae, que têm em comum um compromisso ativo para com as práticas ambientais, de sustentabilidade e de governança (ESG, na sigla em inglês). Integra o World Business Council for Sustainable Development, a maior organização internacional empresarial a trabalhar a área do desenvolvimento sustentável, e desenvolve a sua atividade promovendo a colaboração entre as empresas na procura e partilha de soluções, mecanismos e ferramentas, mas também forma e evangeliza.
Filipa Pantaleão é secretária-geral do BCSD e lidera a equipa operacional. Nesta entrevista ao Jornal Económico aborda as alterações que têm sido feitas ao desenvolvimento de práticas sustentáveis, os riscos e as perspetivas de evolução, que vê como um caminho sem retorno, porque se trata da competitividade das empresas, empurrada por compromissos, mas principalmente por investidores, consumidores e pelo talento que querem captar. Mesmo que o desafio seja "enorme" para as empresas, incluindo as pequenas e médias empresas (PME) apanhadas na rede de obrigações das grandes organizações, e que seja necessário abordar uma "avalancha" regulatória. "Sustentabilidade e competitividade são inseparáveis", avisa.

Temos assistido a alguma contestação às políticas e à regulamentação ESG, a nível internacional. Devemos recear um retrocesso?
Acreditamos e defendemos que o que a Comissão Europeia está a fazer não é um retrocesso, mas antes uma reconfiguração da forma como a estratégia deve ser implementada nas empresas e da definição de prioridades. É importante não confundir revisão com recuo. A contestação pode até ser saudável se levar a uma maior exigência, clareza e foco no impacto real das práticas ESG. O essencial é manter a ambição e o alinhamento com os compromissos globais de sustentabilidade, garantindo que as empresas operam num quadro previsível, transparente e assente em ciência.
A sustentabilidade não é uma moda, é uma condição de competitividade para as empresas - algo que defendemos desde o início do BCSD Portugal. A regulação europeia foi uma necessidade para tornar isso real.

Portugal está imune a esta polarização ou começamos a sentir aqui sinais semelhantes?
Certamente que Portugal não está imune [à polarização].
A nível nacional, temos assistido a uma adoção crescente de práticas ESG por parte das empresas, ainda que não à velocidade e alcance desejados. É essencial continuar a promover uma narrativa construtiva, que demonstre o valor económico e social da sustentabilidade, exatamente para precaver polarizações.
Acreditamos e ajudamos a construir pontes para melhores negócios em todas as frentes – ambiental, social e económica.
O foco deve estar nos resultados – seja na mitigação de riscos, na inovação, ou no acesso a financiamento e mercados.
O BCSD Portugal tem trabalhado precisamente nesse sentido: demonstrar que sustentabilidade e competitividade são inseparáveis.

> **"Temos assistido a uma avalanche regulatória, nem sempre acompanhada da devida clareza ou coordenação. É natural que as empresas sintam alguma dificuldade em acompanhar o ritmo e a complexidade"**

Há o risco de as práticas ESG se tornarem uma simples exigência burocrática? Como se pode garantir que o foco continua a ser o impacto e a transformação real?
Na nossa opinião, foi exatamente esse problema que a Comissão Europeia quis corrigir. A regulamentação é necessária, mas não deve ser um fim em si mesma. O desafio está em ir além do *compliance* – usar os critérios ESG como bússola estratégica, integrada na tomada de decisão.
No BCSD Portugal, temos insistido que o ESG tem de ser um instrumento de gestão, com indicadores de progresso e impacto material.
A verdadeira transformação acontece quando os conselhos de administração colocam a sustentabilidade no centro da estratégia de negócio porque é um fator de competitividade.

O 'greenwashing' continua a ser uma preocupação séria. Que mecanismos existem — ou deveriam existir — para garantir que as empresas não se fiquem apenas pelo marketing ou pela imagem?
O *greenwashing* (e outros "washings") prejudica a confiança, e sem confiança, não há mercados sustentáveis.
A nova regulamentação europeia, como a CSRD [Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade], a Taxonomia e a CSDDD [Diretiva relativa ao Dever de Diligência das Empresas], já comtempla critérios mais claros e exigentes, que vão dificultar práticas de comunicação sem substância. Além disso, a pressão dos investidores, consumidores e do talento tem aumentado. Mas é fundamental reforçar a capacitação, a verificação independente e a comparabilidade dos dados.
A transparência deve ser acompanhada de responsabilidade e o maior escrutínio vem da enorme exposição que as empresas e marcas têm nos dias que correm.

Referiu a CSRD, as empresas portuguesas estão preparadas para cumprir esta diretiva europeia de reporte de sustentabilidade?
A resposta é muito difícil porque as empresas que estão (ou estavam) obrigadas ao cumprimento da CSRD (essencialmente as grandes empresas), já deram passos significativos nesse sentido e não nos têm dito que vão voltar atrás, mesmo com o adiamento dos prazos. No entanto, o desafio é enorme e transversal, porque "apanha" as empresas médias e pequenas, sobretudo em termos de dados, governança e reporte integrado.
No BCSD Portugal, temos trabalhado com os nossos membros na interpretação e operacionalização do reporte voluntário para PME – e temos como principal objetivo transmitir a mensagem de que, mais do que uma obrigação, este novo quadro pode ser uma oportunidade para rever processos, alinhar prioridades e criar valor.

Há clareza suficiente nas políticas e regulamentos para apoiar as empresas nesta transformação, ou o excesso de complexidade ainda é um entrave?
Temos assistido a uma avalanche regulatória, nem sempre acompanhada da devida clareza ou coordenação. É natural que as empresas sintam alguma dificuldade em acompanhar o ritmo e a complexidade. Por isso, é essencial investir em simplificação, harmonização e apoio técnico.
No BCSD Portugal, temos ajudando as empresas nesse processo, dando foco à competitividade e à inovação porque são o mote da sustentabilidade.
A sustentabilidade exige regras – mas exige também clareza, previsibilidade e proporcionalidade.

Inês Correia Botelho
ibotelho@medianove.com

A **Sérvulo & Associados** anunciou a promoção de dois novos sócios de capital e dois sócios contratados. **Francisco Boavida Salavessa e Pedro Silveira Borges,** sócio de Financeiro e Governance e membro da equipa de Comercial, Societário e M&A, respetivamente, foram promovidos a sócios de capital. Já **Alexandra Valpaços,** associada do departamento de Contencioso e Arbitragem, e **Manuel Henriques,** consultor no departamento de Imobiliário, Turismo e Urbanismo, foram promovidos a sócios contratados. Durante o mês de julho, a sociedade anunciou ainda **Rita Lufinha Borges** como nova sócia, reforçando a área do **Direito Imobiliário.** E o advogado **João Maria Bismarck** passou a integrar a equipa de **Direito Laboral.**

*

Duarte Ribeiro Telles

Duarte Ribeiro Telles foi nomeado **Sócio de M&A** da **Deloitte Legal,** a sociedade de advogados do grupo Deloitte. O advogado tem vindo a desenvolver a sua atividade nas áreas de **Corporate e M&A,** O advogado conta com mais de duas décadas de experiência profissional.

*

A sociedade de advogados **Telles** deu mais um passo para consolidar o seu posicionamento na área do **direito do Desporto** com a integração de **José Gomes Mendes,** que há 12 anos se dedica exclusivamente a esta área. O advogado vai agora ser responsável por esta área na sociedade, que conta com uma equipa multidisciplinar.

*

A sociedade de advogados **Cerejeira Namora, Marinho Falcão** tem um novo sócio, **Gonçalo Cerejeira Namora.** O advogado coordena as áreas de **Privacy, Digital and**

Gonçalo Cerejeira Namora

Technology e Corporate, em simultâneo com a função de Chief Operating Officer.

*

A **EY Law** anunciou um reforço da equipa, com a entrada de **Inês Pinto da Costa,** que é a nova **Associada Coordenadora Sénior** da sociedade e de **Lourenço de Sousa Botelho** que se junta à equipa como **Associado Principal.** Este reforço vai servir para a sociedade "ganhar mais peso no mercado jurídico empresarial".

*

A sociedade **Melo Alves** reforçou a sua equipa de **contencioso e laboral** com a entrada do advogado associado **João Cabral Pessoa.**

João Cabral Pessoa

*

A **PMLJ,** sociedade de advogados, promoveu as duas primeiras sócias não juristas. **Daniela Amaral,** responsável pela **área de estratégia e desenvolvimento de negócio** desde 2016 e **Alexandra Almeida Ferreira,** responsável pela **área de branding e comunicação** desde 2020, são agora as novas sócias da sociedade.

*

Nuno Cabeçadas é o novo **managing partner** da sociedade de advogados **Miranda.** Nuno sucede a Diogo Xavier da Cunha, que passa agora a ser senior partner e presidente do conselho de administração. A mais recente comissão executiva da sociedade conta também com os sócios Nuno Gouveia e Sofia Martins e vai ser responsável pela gestão corrente da empresa.

VdA e a PLMJ assessoraram emissão das OTRV

Mercados ■ A República Portuguesa, representada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP concluiu na semana passada a mais recente emissão de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV). Trata-se da primeira operação deste tipo nos últimos sete anos.

A PLMJ acompanhou o IGCP nesta operação, enquanto a VdA prestou assessoria aos bancos coordenadores envolvidos.
Esta emissão foi marcada por um formato inovador, ao combinar uma oferta pública de subscrição com uma oferta pública de troca de obrigações do tesouro de rendimento variável representativas da emissão "OTRV julho 2025". Em termos globais foram subscritos pelo retalho 423,4 milhões de euros das OTRV julho 2031.

244

Empresas ■ **No primeiro semestre de 2025, o mercado transacional português assistiu à concretização de 244 operações, totalizando 4 mil milhões de euros. Estes números representam uma queda de 23% no número de transações.**

Goldman Sachs e PwC lideraram assessoria financeira na Europa

Banca ■ A GlobalData anunciou os principais assessores financeiros e jurídicos de fusões e aquisições (M&A) na Europa no primeiro semestre de 2025, hierarquizados pelo valor total e volume de M&A.
O Goldman Sachs e a PwC foram os principais assessores financeiros para fusões e aquisições (M&A) na região europeia em termos de valor e volume, respetivamente, Com base na sua Base de Dados de Negócios, a empresa líder em dados e análises revelou que o Goldman Sachs alcançou a sua posição de liderança em termos de valor ao assessorar 23,8 mil milhões de dólares em negócios. Enquanto isso, a PwC liderou em termos de volume, assessorando um total de 52 negócios.

Advogados participaram no arranque da alta velocidade

Assessoria ■ É a maior operação em regime de project finance alguma vez realizada em Portugal.

António Sarmento
asarmento@medianove.com

As sociedades de advogados CS'Associados e Vieira de Almeida (VdA) prestaram a assessoria jurídica aos promotores na concessão da nova linha ferroviária de alta velocidade entre o Porto e Oiã, eixo fundamental do futuro corredor Porto-Lisboa.

Os financiadores contaram, por sua vez, com a assessoria da HSF Kramer (em matéria de lei inglesa) e da PLMJ (em matéria de lei portuguesa), e o BEI contou ainda com a assessoria da Linklaters.

O contrato de concessão foi assinado esta terça-feira, 29 de julho de 2025, entre a Infraestruturas de Portugal e a Avan Norte – Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, sociedade concessionária que agrega um conjunto de promotores composto pelo Grupos Mota-Engil, Serena Industrial Partners, Teixeira Duarte, Casais, Alves Ribeiro, Conduril e Gabriel Couto.

É a maior operação em regime de project finance alguma vez realizada em Portugal.

Os assessores jurídicos explicam que "a operação envolve um investimento global de cerca de 2 mil milhões de euros, suportado por um complexo modelo de financiamento assegurado por um conjunto diversificado de entidades, incluindo investidores institucionais, banca comercial, Banco Europeu de Investimento (BEI) e financiadores juniores, num exercício de articulação e coordenação que reflete as melhores práticas internacionais".

A linha de alta velocidade deverá ligar Porto e Lisboa numa hora e 15 minutos em 2032, com paragens possíveis em Gaia, Aveiro, Coimbra e Leiria, e o percurso Porto-Vigo (via aeroporto do Porto, Braga, Ponte de Lima e Valença) em 50 minutos, em 2032.

A primeira fase (Porto-Soure) da linha de alta velocidade em Portugal deverá estar pronta em 2030 e a segunda (Soure-Carregado) em 2032, com ligação a Lisboa assegurada via Linha do Norte.

O contrato de concessão foi assinado esta terça-feira, 29 de julho, entre a Infraestruturas de Portugal e a Avan Norte – Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade

PRIME Advogados quer ser "número um" em Angola

Advocacia ■ Nova sociedade angolana nasceu da fusão entre a LEAD Advogados e a ASP Advogados e está ancorada na rede VdA Legal Partners.

Inês Amado
iamado@medianove.com

Emanuela Vunge é a *managing partner* da PRIME Advogados

O mercado de advocacia angolano conta com um novo *player* – a PRIME Advogados -, que entra no circuito jurídico com o "selo" Vieira de Almeida - VdA.

Nascido em junho, o novo escritório de Luanda resulta de uma fusão entre a LEAD Advogados, fundada em 2017 por Emanuela Vunge, hoje à frente da PRIME, e a ASP Advogados, que já fazia parte da rede da sociedade portuguesa.

"Queremos ser o número um. Estamos muito próximos do principal ator e já temos acesso ao mesmo nível de projetos deste que é o nosso principal concorrente, salvo da indústria petrolífera", explicou Emanuela Vunge, *managing partner* da PRIME e sócia internacional da VdA, em entrevista ao Jornal Económico (JE).

É no Bairro dos Coqueiros, numa das maiores torres da capital angolana, que a nova sociedade está instalada, acabada de entrar no mercado com uma equipa de 30 profissionais, entre sócios, associados e associados seniores, estagiários, técnicos jurídicos e administrativos.

O escritório assume-se como *full service*, mas Societário, Contencioso e Laboral estão entre as especialidades da firma.

Sobre a construção do projeto jurídico, para Emanuela Vunge a fusão foi a solução mais "inteligente e estratégica". A VdA queria "firmar mais a sua presença em Angola", repensando a pequena estrutura da ASP. Do lado da LEAD, a parceria internacional com a Dentons deixava de "fazer sentido".

Hoje, a PRIME conta com cinco sócios que transitaram da LEAD e um sócio da ASP, grande parte com mais de 15 anos de experiência em transações e grandes projetos em Angola, nomeadamente no Corredor do Lobito, em projetos no campo das energias renováveis, e, ainda, na participação na emissão de Eurobonds do Estado angolano. A familiaridade com aquele projeto ferroviário, tanto da VdA como da LEAD, terá pesado nas conversações que levaram à fusão. "Daí nos sentirmos muito confortáveis também com a parceria. A VdA tem uma equipa a assessorar a parte inicial do projeto do Corredor do Lobito e nós estávamos, por acaso, com outro parceiro também português a assessorar a parte final da extensão da linha até à Zâmbia", explicou. Olhando para o futuro, no mercado angolano "há a perspetiva de muitos projetos em áreas novas, em que acreditamos conseguir entrar", afirmou. Na rede VdA Legal Partners, a equipa local tem agora "mais capacidade de resposta".

Do colégio de sócios fazem parte, além de Emanuela Vunge, António Caxito Marques, António de Sousa Penelas, Djamila Pinto de Andrade, João Manuel Lourenço, José Miguel Oliveira e Raquel Lourenço.

JE LAB X Aquapor

Reinventar o setor da água com inovação sustentável

Na Aquapor, o ESG não é apenas tendência, é estratégia. Cláudia Guerreiro, Diretora de I&D, CSR e ESG, explica como a empresa está a integrar os princípios ambientais, sociais e de governance em todas as áreas de atuação ao antecipar desafios regulatórios e impulsionar a inovação.

O ESG (Environmental, Social and Governance) deixou de ser apenas uma preocupação reputacional para passar a ser um imperativo estratégico. Como a Aquapor está a integrar estes princípios no seu modelo de negócio?

Na Aquapor, o ESG é hoje assumido como um verdadeiro motor de criação de valor, alavancando a inovação e a sustentabilidade ambiental. Estamos a mapear prioridades para o próximo quadro estratégico para alinhar os nossos objetivos internos com os pilares estratégicos do Grupo Saur, estruturado em quatro dimensões essenciais: Pessoas (valorização do potencial individual e coletivo), Plataformas (criação de valor através da diversificação da oferta comercial), Planeta (compromisso com o crescimento sustentável, alinhado com as necessidades dos clientes num mundo em constante transformação), e Performance (excelência operacional ao longo da cadeia de valor, com foco na criação de valor acionista).

Num setor tão crítico como a gestão da água, quais têm sido os maiores desafios para equilibrar sustentabilidade ambiental, exigências regulatórias e a necessidade de garantir eficiência operacional?

As exigências regulatórias da EU têm vindo a intensificar-se, em concreto com a transposição de diretivas europeias como a nova Diretiva de Águas Residuais Urbanas (DARU) e as obrigações decorrentes de legislação ESG, como seja a Taxonomia ambiental e a Diretiva CSRD.

Apesar de a Aquapor não estar atualmente obrigada a reportar individualmente, a natureza da nossa atividade - profundamente enraizada na gestão ambiental e com impacto direto nas comunidades onde operamos – reforça o nosso compromisso com a adotação dos princípios ESG, promovidos pela União Europeia.

Temos também vindo a responder a uma maior exigência ambiental dos clientes, que se traduz na inclusão de critérios de sustentabilidade nas propostas e na avaliação por indicadores como consumo de energia, químicos ou subprodutos. A nossa abordagem foca-se na antecipação regulatória, colaboração com universidades e centros tecnológicos, e aposta em inovação e capacitação. Destacam-se soluções para perdas de água, caudais indevidos, eficiência energética e descarbonização da frota.

Cláudia Guerreiro, Diretora I&D, CSR, ESG

A inovação tem sido apontada como essencial para acelerar a sustentabilidade no setor da água. Que projetos ou tecnologias inovadoras estão a ser desenvolvidos pela Aquapor para responder a este desafio?

O ESG deixou de ser discurso: tornou-se uma alavanca real para a eficiência, a competitividade e a resiliência do negócio. Na Aquapor, os princípios ambientais, sociais e de governance estão no centro da estratégia.

A Aquapor aposta em inovação centrada no desenvolvimento de soluções que resolvam os desafios concretos do setor como a redução da pegada hídrica e a promoção da circularidade.

Temos investido em ferramentas digitais de apoio à decisão, como o Aquaboard (gestão operacional), o Aquaflow (redução de perdas) e o Aquacontrol (Planos de Segurança da Água). Em desenvolvimento está o Aquaflow Waste, focado na redução de caudais indevidos. Reforçámos ainda parcerias com centros de investigação e participado em projetos colaborativos que envolvem o tratamento de micropoluentes em efluentes urbanos, até à circularidade de plásticos provenientes de redes de pesca.

Acreditamos que a inovação nasce muitas vezes na interseção de áreas, por isso cruzamos competências de engenharia, ambiente e digital para criar soluções integradas e replicáveis. Criámos o Business Innovation Work Group para alinhar os projetos de inovação com a estratégia da organização e os compromissos ESG.

Quando olhamos para os critérios sociais e de governance, que iniciativas têm reforçado a cultura interna da Aquapor e contribuído para criar valor sustentável?

Na Aquapor, temos vindo a reforçar a cultura organizacional assente na valorização das pessoas, promovendo ativamente a saúde e a segurança no trabalho, o desenvolvimento contínuo das competências dos colaboradores e a diversidade, equidade e inclusão como pilares fundamentais.

A título de exemplo, foi criada uma bolsa universitária para estudantes das áreas STEM. Também no domínio da Governance foram estruturados os mecanismos de reporte e controlo interno alinhados com as matérias de CSR, ética, conduta e compliance. Outro marco importante foi a adesão da Aquapor ao BCSD Portugal, em 2024.

Ainda este ano, prevemos implementar uma Política de Compras Sustentáveis, que visa reforçar os nossos compromissos com os direitos humanos, as condições de trabalho dignas e o impacto positivo nas comunidades onde atuamos.

Acredita que o investimento em ESG se está a tornar, de facto, numa vantagem competitiva mensurável?

O investimento em ESG afirma-se como fator de competitividade e criação de valor a longo prazo. As empresas que integram os princípios ambientais, sociais e de governança beneficiam de melhores condições de financiamento, destacando-se em concursos com critérios de sustentabilidade e na atração de talento qualificado.

No caso da Aquapor, este compromisso reflete-se na melhoria do reconhecimento institucional, na maior robustez face a riscos operacionais e na valorização junto dos stakeholders. A integração dos critérios ESG na gestão permite-nos ainda antecipar e mitigar riscos materiais relevantes para a nossa atividade.

Este posicionamento está alinhado com a estratégia financeira do Grupo SAUR, que assegurou, nos últimos anos, financiamento através de instrumentos sustentáveis como os Sustainability-Linked Loans (SLL) e os Blue Bonds, cujo acesso está diretamente condicionado ao desempenho ESG do Grupo e das suas participadas.

Duarte Lebre de Freitas
Counsel de Direito Público da CMS Portugal

Suspensão (quase) automática: o PRR e a arte de fingir que se protege

O Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) – por transposição da Diretiva 2007/66/CE (a denominada Diretiva Recursos) – estabelece que as ações de impugnação de decisões de adjudicação em processos de contencioso pré-contratual, se apresentadas nos dez dias úteis seguintes à respetiva notificação, têm efeito suspensivo automático. Naturalmente, este regime tem sido frequentemente invocado por concorrentes preteridos, atrasando em certa medida a celebração e execução dos contratos. Ainda assim, o próprio CPTA permite que a entidade adjudicante requeira o levantamento da suspensão, mediante decisão judicial, por aplicação do critério da ponderação dos interesses (público e privado) em presença.

O legislador, porém, entendeu que este regime geral não era suficiente para determinadas situações. Por isso, criou um mecanismo especial: o artigo 25.º-A da Lei n.º 30/2021, aditado pela Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro, no contexto da execução de projetos financiados por fundos europeus – em particular no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O objetivo era compreensível: evitar a perda de fundos comunitários por via de litigância excessiva nos tribunais administrativos e da demora desses processos.

Contudo, a verdade é que a solução encontrada levanta sérias dúvidas quanto ao equilíbrio entre celeridade e proteção dos direitos dos concorrentes. O artigo 25.º-A institui um regime excecional aplicável, como se disse, às impugnações de adjudicações em contratos públicos financiados por fundos europeus.

No termos da referida norma, nestes casos específicos, a entidade adjudicante pode requerer ao tribunal o levantamento provisório da suspensão, bastando apresentar documentação sumária que comprove o risco de perda de financiamento. Esse risco, no entanto, presume-se automaticamente sempre que o contrato esteja ligado a fundos europeus – ou seja, praticamente em todos os casos abrangidos por este artigo.

Com o levantamento do efeito suspensivo (mesmo que provisório), segue-se uma sequência de notificações, requerimentos para manutenção da suspensão, contra-alegações, pedidos de ampliação de fundamentos e novas respostas. Os prazos são curtos, mas, somados às habituais demoras judiciais, permitem à entidade adjudicante celebrar e até iniciar a execução do contrato. O resultado é que a suspensão automática – que deveria salvaguardar os direitos dos concorrentes e garantir a reversibilidade do processo, nos temos consagrados na Diretiva Recursos – torna-se praticamente inócua nestes casos. O artigo 103.º-A do CPTA, que consagra uma suspensão efetiva, surge assim completamente esvaziado de conteúdo.

Compreende-se, naturalmente, a urgência na execução dos fundos do PRR e o risco de perda de verbas cruciais para a recuperação económica do país. Mas o remédio legislativo é, a nosso ver, desproporcional. Ao permitir, na prática, que a entidade adjudicante avance com a execução do contrato apesar de haver impugnação, compromete-se o direito dos concorrentes a uma tutela jurisdicional efetiva. O equilíbrio entre o interesse público na celeridade e o direito de defesa dos particulares diretamente afetados por uma adjudicação surge claramente comprometido.

Sendo um regime transitório, limitado à vigência dos fundos extraordinários europeus, é provável que não venha a gerar jurisprudência significativa. Quando os tribunais superiores se pronunciarem, o regime poderá já ter caducado. Ou seja, uma lei pouco equilibrada e talvez nunca verdadeiramente escrutinada, em mais um episódio de legislação de emergência que deixa um rasto de lamentos e frustrações.

O artigo 25.º-A da Lei n.º 30/2021 é, pois, um exemplo claro de como a pressa e a pressão europeia em matéria de fundos podem conduzir a soluções legislativas que, em vez de resolverem, complicam e sacrificam direitos fundamentais. O objetivo era legítimo. Mas não pode justificar a criação de um regime que torna ineficaz o direito que emerge da Diretiva Recursos em matéria de contratação pública. O Estado de Direito exige equilíbrio, ponderação e respeito pelos direitos de todos – mesmo em tempos de emergência. Infelizmente, não foi isso que aconteceu aqui.